



1 ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS – Aos vinte e três dias do mês de maio
2 de dois mil e dezessete, às dezoito horas, na sala de reuniões, situada à Rua:
3 Balduino Taques, 445 – Centro. Realizou-se a sétima reunião ordinária do
4 Conselho Municipal de Saúde. **Presentes os conselheiros Titulares:** Diego Osmar
5 Rodrigues, Fernanda Gomes da Silva, Jefferson Magno Pereira, Elaine Cristina
6 Antunes Rinaldi, Fábila Cristine Rocha, Regina Rosa Pedrozo Rosa, Claudia Cristina
7 Saveli, Maria Alina Lurdes Oliveira, Felipe Simão Pontes, Paulo Saincler Heusi,
8 José Timóteo Vasconcellos Sobrinho, Inez Rosemari Safraide, Candido José
9 Coesel, Sueli Terezinha Mensen, Ana Maria Bourguignon de Lima, Leandro Santos
10 Dias. **Presentes Conselheiros Suplentes:** Debora Lee, Bruno Cavasotti Almeida,
11 Ana Caetano Pinto, Luiz Carlos de Oliveira. O Presidente José Timóteo
12 Vasconcellos Sobrinho assume os trabalhos e procede a abertura da reunião,
13 cumprimentando a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura e Aprovação das Atas:**
14 **3ª, 5ª e 6ª Reuniões Ordinárias. 2. Relatos Gerais. 3. Informes Gerais. 4.**
15 **Ordem do Dia. 4.1. Apreciação da Aquisição dos Equipamentos de**
16 **Fisioterapia. 4.2. Apreciação das Ressalvas da Programação Anual de Saúde**
17 **2017. 4.3. Constituir a Comissão Temporária para Revisão e Análise do**
18 **Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde com data de**
19 **apresentação dos trabalhos para o dia 20/06/2017.** Primeiramente o conselheiro
20 Paulo Saincler Heusi pediu a palavra e solicitou a retirada da pauta do item 4.3.
21 Constituir a Comissão Temporária para Revisão e Análise do Regimento Interno do
22 Conselho Municipal de Saúde com data de apresentação dos trabalhos para o dia
23 20/06/2017, justificando que a Comissão já existe e já realizou as alterações
24 necessárias, dizendo ainda que não dependemos de marcar Reunião Extraordinária
25 para apresentá-lo revisto. O Presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho disse
26 que faz tudo respaldado no Regimento Interno, que em seu Capítulo V – Das
27 Comissões, § 10º diz o seguinte: A constituição e funcionamento de cada comissão
28 serão estabelecidas em resolução do Conselho, a cada gestão, e deverão estar
29 embasadas na explicitação de suas finalidades, objetivos e demais aspectos que
30 identifiquem claramente sua natureza. Sendo essa uma comissão da gestão
31 anterior, deve-se formar uma nova comissão, podendo inclusive ser utilizados os
32 mesmos membros que participaram da comissão da gestão anterior. Isso não quer
33 dizer que os conselheiros deverão ser trocados e que o trabalho por eles feito vai
34 ficar sem efeito. O conselheiro Paulo Saincler Heusi pede que registre seu nome em
35 ata como repúdio e fala que levaram de três a quatro meses reunidos para fazer as
36 alterações necessárias no Regimento Interno, fazendo parte da comissão as
37 conselheiras Cláudia Cristina Saveli e Fábila Cristine Rocha e que a data de vinte de
38 junho é pouco prazo para fazer uma nova revisão e análise. A conselheira Cláudia
39 Cristina Saveli pede para que registre em ata o seu repúdio a essa situação,
40 dizendo que fez um trabalho de três meses formatando o Novo Regimento e
41 também que levou dois anos pedindo para que o conselho levasse à mesa para
42 aprovação do mesmo. Colocando que a mesa diretora com essa posição
43 desqualifica o trabalho realizado pela comissão que revisou o Regimento Interno. O



44 conselheiro Diego Osmar Rodrigues coloca que entende que o trabalho dos
45 referidos conselheiros foi árduo, que teve o tempo que se dispuseram a fazê-lo,
46 mas coloca que em momento algum a mesa diretora teve a intenção de desmerecer
47 o trabalho, pelo contrário, a intenção foi desengavetar um assunto que estava
48 parado há muito tempo e trazer em pauta para discussão, deliberando que esse
49 assunto entrasse em pauta na reunião do pleno. Solicitando que da mesma maneira
50 a comissão não quer que seu trabalho seja desmerecido o da mesa diretora
51 também não o deve ser. Diz que o pleno é soberano, que se o assunto foi trazido
52 para discussão cabe ao pleno decidir, desde que seja respaldado pelo Regimento
53 Interno. Solicita a colaboração para que os conselheiros entendam que a intenção
54 de trazer esse assunto para a pauta foi colocá-lo em discussão, sem ofender a
55 antiga comissão. Coloca ainda que essa a mesa diretora está há somente três
56 meses a frente dos trabalhos e como todos os outros conselheiros também deixam
57 seus lares e familiares para participar das reuniões. O conselheiro Leandro Santos
58 Dias cita que a situação mais crítica que poderia acontecer é chegar ao final e ver
59 que o Regimento Interno não foi seguido, que a comissão antiga deverá ser
60 aproveitada juntamente com todo o seu trabalho já anteriormente realizado,
61 somente agora com o respaldo da nova gestão. Pois o que a mesa propõe não é
62 contraditório, e sim respaldar a nova comissão de revisão e análise. O conselheiro
63 Felipe Simão Pontes sugere a mesa e aos colegas de pleno que não alteremos a
64 comissão antiga em respeito ao trabalho que foi feito, que é somente uma
65 adequação formal do Regimento Interno e a mesma poder fazer a apresentação do
66 trabalho elaborado por ela. A conselheira Elaine Cristina Rinaldi quer deixar
67 registrado que a mesa fala que está a algum tempo assumindo coisas com diversas
68 pendências, mas a conselheira questiona o que a mesa diretora está fazendo para
69 resolver as pendências que diz existir, pois são várias as reuniões que se coloca a
70 mesma fala, o que se faz diante disso, que vale o pleno observar essa questão e
71 talvez algum conselheiro quem tem mais conhecimento verificar nesse sentido e
72 documentar o que está acontecendo com os atrasos em relação à atual diretoria. O
73 senhor José Timóteo Vasconcellos Sobrinho informou que o cargo de vice-
74 presidente está vago e a eleição será na próxima reunião do Pleno dia seis de
75 junho de 2017. O conselheiro Leandro Santos Dias pede que socializem no grupo
76 quais são as pendências que o conselho tem, para que se possa ajudar a dar
77 encaminhamento às mesmas. A conselheira Maria Alina Lurdes Oliveira questiona
78 os conselheiros que se a sua presença como mesa não está agradando, se o pleno
79 decidir ela coloca seu cargo a disposição. Solicita que o respeito deve partir de
80 ambas as partes, pois todos são voluntários e estão no conselho para o bem estar
81 da comunidade. A conselheira Fábria Cristina Rocha por fim questiona se vai mesmo
82 ser montada uma nova comissão para revisão e análise do Regimento Interno. O
83 conselheiro Felipe Simão Pontes reafirma a sugestão de se manter a mesma
84 comissão que já trabalhou na análise do mesmo. Colocado em votação a sugestão,
85 02 (dois) conselheiros não concordaram e pediram para constar seu nome em ata:
86 Claudia Cristina Saveli e Paulo Saincler Heusi; a proposta recebeu 15 (quinze)



87 votos favoráveis. A comissão se comprometeu em apresentar o trabalho feito
88 anteriormente. Dando continuidade à reunião o senhor presidente José Timóteo
89 Vasconcellos Sobrinho, retoma a pauta: **1. Leitura e Aprovação das Atas: 3ª, 5ª e**
90 **6ª Reuniões Ordinárias.** A 3ª ata foi aprovada por unanimidade com a última
91 correção feita pelo conselheiro Felipe Simão Pontes. A 5ª ata foi aprovada. A 6ª ata
92 com ressalvas entre as linhas 183 a 187: alterar para todas as Unidades de Saúde
93 que faltam medicamentos e sugerir que a gestão apresente todos os protocolos
94 aplicados. O conselheiro Paulo Saincler Heusi solicita citar na ata o nome de todas
95 as pessoas presentes e também em relação à estética da pauta que não está de
96 acordo com o Regimento Interno. O conselheiro Felipe Simão Pontes fala sobre a
97 nova correção que fez na 3ª ata, que a redação agora ficou de acordo com o
98 solicitado. **2. Relatos Gerais.** A conselheira Fábica Cristine Rocha informa que já
99 estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – Secretaria
100 Municipal de Saúde a lista de espera das especialidades municipais. Em relação
101 aos que esperam por cirurgias, cada hospital tem a sua própria lista de espera que
102 também tem o controle da 3ª Regional de Saúde e o Município não tem o domínio
103 sobre ela. Também solicita que o horário de início das reuniões seja expandido
104 para: 18h15min a 1ª chamada e 18h30min a 2ª chamada. Colocado em votação
105 obteve 11 (onze) votos favoráveis, 07 (sete) contrários e 01 (uma) abstenção. A
106 conselheira Claudia Cristina Saveli questiona qual o encaminhamento dado à
107 Comissão de Conselhos Locais, tendo em vista a visita e fala de uma usuária Nanci
108 Aparecida Galhardi em reunião anterior. A conselheira Sueli Terezinha Mensen
109 respondeu que não realizou nenhum encaminhamento, tendo em vista essa
110 Comissão ter como coordenador o Conselheiro Leandro Soares Machado e estão
111 aguardando um posicionamento dele. O conselheiro Leandro Santos Dias fala
112 sobre a Moção de Repúdio ao governo Temer pelo fechamento da Farmácia
113 Popular, colocada em votação, recebeu 18 (dezoito) votos a favor e 01 (um)
114 contrário, irá repassar o texto à secretaria executiva para encaminhar via e-mail ao
115 Ministério da Saúde. A conselheira Sueli Terezinha Mensen leu para os
116 conselheiros presentes o “Parecer da matéria Pedido de vistas, referente ao
117 Relatório Anual de Gestão (RAG) 2016”: *Em observância ao papel constitucional do*
118 *Conselho Municipal de Saúde o Relatório Anual de Gestão – RAG – é o instrumento*
119 *de planejamento que apresenta os resultados alcançados com a execução da*
120 *Programação Anual de Saúde e às Programações seguintes. Constitui-se no*
121 *instrumento de comprovação da aplicação dos recursos da Saúde constante no*
122 *Fundo Municipal de Saúde, formados de repasses Federais, Estaduais e do tesouro*
123 *Municipal, para o cumprimento do valor mínimo estabelecido na Emenda*
124 *Constitucional 29. Sua elaboração utiliza a ferramenta eletrônica “Sistema de Apoio*
125 *ao Relatório Anual de Gestão (SARGSUS), cuja alimentação é anual, regular e*
126 *obrigatória. De acordo com a Lei Complementar 141/2012, o RAG deve ser*
127 *submetido à apreciação e aprovação do respectivo Conselho de Saúde até o final*
128 *do primeiro quadrimestre do ano subsequente. 2. Análise dos Fatos: De acordo com*
129 *a Lei Complementar 141, de 13-01-2012, o Município. O RAG foi também objeto de*



130 várias reuniões das diferentes comissões do Conselho com técnicos da SMS. 3.
131 Itens avaliados. Do total de 117 indicadores pactuados, 84 tiveram desempenhos
132 satisfatórios; 34 em alerta. Ressalta-se que o percentual por DIRETRIZ o impacto
133 das metas não realizada traduz a deficiência da gestão da saúde, pois equivalem a
134 itens historicamente não cumpridos, e nenhuma ação pontual foi realidade para
135 alterar tais condições e resultados. SMS procurou comentar e justificar todas as
136 metas não alcançadas ou parcialmente alcançadas. Justificativas foram
137 insuficientes, uma vez que se tratam do não cumprimento de metas recorrentes,
138 com resultados negativos. Outro aspecto que precisa ser considerado é a
139 necessidade das justificativas por escrito para cada meta não atingida, para em
140 caso de aprovação do relatório, as justificativas estarem especificadas no
141 documento de aprovação. Quanto aos valores apresentados, bem como a produção
142 dos serviços de saúde tais informações não passaram por nenhum preparo e
143 análise do gestor. Sendo que a Secretaria Municipal de Saúde não contextualizou,
144 nem emitiu nenhum parecer qualitativo sobre seus próprios serviços. O contrato
145 elencado no RAG, muito não tem valores do contrato ou justificativas de suspensão
146 dos mesmo, não contém valores e quantitativos de aditivos em conformidades com
147 lei 8666. O gestor vem se mantendo omissos na análise dos dados coletados e
148 apresentados nos relatórios. Assim como não demonstra esforços para demonstrar
149 informações que compatibilizem as ações praticadas, em quais unidades, e quanto
150 foi aplicado do dinheiro público. Existe a necessidade de recomendações para
151 ajuste necessário e atingimento das metas propostas no PPA, consignadas no
152 plano municipal. Recomendações: Aprimorar o processo de planejamento articulado
153 com os recursos financeiros disponíveis. Encaminhar os contratos ao (Conselho de
154 Saúde) para análise. Assegurar os recursos necessários para apoiar ações de
155 investimento e custeio de procedimentos de média e alta complexidade, que no
156 Município tem ocorrido sem a devida programação e prestação de contas. Registrar
157 antes de tudo o posicionamento do gestor público de saúde sobre o seu
158 desempenho, para depois o CMS identificar os pontos críticos. Importante que se
159 receba por escrito as justificativas das metas não cumpridas, em razão de todos os
160 anos a SMS comprometer-se em cumpri-las no próximo período e nunca efetivar
161 tais compromissos. RESUMO: Metas atingidas dentro de cada grupo: Diretriz 1 –
162 80% realizada, 20% não realizada. Diretriz 2 – 85,72% realizada, 14,28% não
163 realizada. Diretriz 3 – 66,67% realizada, 33,33% não realizada. Diretriz 4 – 61,54%
164 realizada, 38,46% não realizada. Diretriz 5 – 100% realizada. Diretriz 6 – 84%
165 realizada, 16% não realizada. Diretriz 7 – 0% não realizada, 100% não realizada.
166 Diretriz 8 – 23% realizada, 77% não realizada. Metas atingidas: Nº de metas 117:
167 realizadas 66 – não realizadas 34. Meta 109 – O Plano de Cargos, Carreiras e
168 Salários, está sendo cobrado desde 2008 a gestão sempre justifica em montar
169 comissão de avaliação, sendo que foi implantado pelo Conselho Municipal de
170 Saúde a Mesa de Negociação Permanente em 20125 com projeto de implantação e
171 os trabalhadores faziam parte da referida Mesa, a secretaria arquivou o projeto e
172 todo ano se aprova o RAG, ignorando a lei 8142/90 a obrigatoriedade da



173 *implantação do Plano de Cargos Carreira e Salários, inclusive prevendo sansão de*
174 *174 corte de Orçamento. Considerando que o PCCS fazem parte das DIRETRIZES DO*
175 *SUS (NOHRSUS). Reforça a solicitação da cópia de todos os contratos que a*
176 *Secretaria Municipal de Saúde tem que ainda não foram apresentados desde o ano*
177 *de 2010. O conselheiro Diego Osmar Rodrigues, como gestor, coloca que o*
178 *Relatório Anual de Gestão não é um relatório qualitativo e sim quantitativo, e que*
179 *todas as metas que a Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos teve*
180 *dúvidas a Secretaria Municipal de Saúde procurou sanar, que inclusive a própria*
181 *Comissão já emitiu um parecer sobre o relatório. Informou que as metas do*
182 *Conselho Municipal de Saúde também não foram realizadas. Cita que a Lei Federal*
183 *8142, Art 4º - VI – que o Município tem que ter uma Comissão de elaboração do*
184 *Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), previsto o prazo de dois anos para*
185 *sua implantação. Em relação a isso sugere ao pleno que essa meta está*
186 *repactuada no Plano Municipal de Saúde, entrou no Plano Anual de Saúde 2017 e*
187 *coloque que a Secretaria de Saúde tenha 90 (noventa) dias para apresentar uma*
188 *nova comissão para elaboração desse plano somente com funcionários efetivos. O*
189 *senhor José Timóteo Vasconcellos Sobrinho esclarece que não é a Secretaria*
190 *Municipal de Saúde que deve montar essa comissão, e sim o Conselho Municipal*
191 *de Saúde. A conselheira Claudia Cristina Saveli reforça que se deve protocolar o*
192 *parecer para que a Secretaria Municipal de Saúde responda. Colocado em votação,*
193 *a maioria dos conselheiros concordaram em protocolar o parecer para a Secretaria*
194 *Municipal de Saúde e aguardar a resposta. O conselheiro Diego Osmar Rodrigues*
195 *solicitou que registrasse seu voto contrário. 3. Informes Gerais. O senhor José*
196 *Timóteo Vasconcellos Sobrinho fala que a programação da 1ª Conferência Estadual*
197 *de Saúde da Mulher terá continuidade dia 13 de junho em Curitiba, as conselheiras*
198 *Maria Alina Lurdes Oliveira e Márcia Cristina da Silva Rodrigues irão representando*
199 *o Conselho Municipal de Saúde e as outras vagas são para representantes do*
200 *Conselho da Mulher. Na sequência comenta da saída da conselheira Jiovany do*
201 *Rocio Kissilevicz, deixando vago o cargo de vice-presidente na mesa diretora e que*
202 *é necessário fazer uma nova eleição, citando que ele tem uma posição e o*
203 *conselheiro Paulo Saincler Heusi tem outra de como se dará essa eleição. Coloca*
204 *então as duas propostas para votação: **Proposta 01** formação de comissão*
205 *eleitoral, segundo o Art. 7º - § 2º; **Proposta 02** que seja feita a escolha em reunião*
206 *do Pleno daqueles conselheiros que se candidatarem, segundo o Art. 7º - § 3º.*
207 *Colocadas as propostas em votação, a proposta 01 recebeu 01 (um) voto, a*
208 *proposta 02 recebeu 16 (dezesseis) votos e houve 01 (uma) abstenção. Ficou para*
209 *a próxima reunião do pleno, dia 06/06/2017 a escolha do (a) novo (a) vice-*
210 *presidente da mesa. 4. Ordem do Dia. 4.1. Apreciação da Aquisição dos*
211 **Equipamentos de Fisioterapia.** O conselheiro Diego Osmar Rodrigues leu o
212 relatório da Comissão de Orçamentos Programas e Projetos: A Comissão aprovou a
213 lista de equipamentos para Fisioterapia através de Resolução da SESA nº
214 269/2016: os preços médios foram apresentados e a lista foi aprovada pela
215 comissão. 4.2. Apreciação das Ressalvas da Programação Anual de Saúde



216 **2017.** Os conselheiros presentes decidiram aprovar pela maioria a Programação
217 Anual de Saúde 2017, com as seguintes ressalvas: suprimir item 09; adequar os
218 itens 21 e 22: número correto de alunos matriculados nas Escolas Municipais =
219 4.131 (quatro mil cento e trinta e um); suprimir item 25; manter o item 116 com o
220 auxílio do setor de Tecnologia de Informação da Secretaria Municipal de Saúde, do
221 conselheiro Felipe Simão Pontes e da secretaria executiva do Conselho Municipal
222 de Saúde; suprimir item 117. Com a palavra o conselheiro Leandro Santos Dias
223 solicita que nas próximas votações não se perca tanto tempo contando os votos e
224 vendo se a maioria aprova ou desaprova o assunto colocado em votação. **4.3.**
225 **Constituir a Comissão Temporária para Revisão e Análise do Regimento**
226 **Interno do Conselho Municipal de Saúde com data de apresentação dos**
227 **trabalhos para o dia 20/06/2017.** Item já discutido no início da reunião. Por fim, o
228 Presidente do Conselho Municipal de Saúde – Sr. José Timóteo Vasconcellos
229 Sobrinho deu por encerrada a reunião às 19h40min.